JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.13 06:12:05 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 13 de novembro de 2026 • Nº 2424 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

LOGUM

Petrobras compra transportadora de etanol

A Petrobras firmou um acordo para se tornar 100% dona da empresa Logum Logística, que atua no transporte, movimentação e armazenamento de etanol. A estatal já era proprietária de 30% do capital social da Logum e fechou os termos para pagar R$ 620 milhões pelos demais 70%, que pertencem às empresas Raízen Energia (30%), Copersucar (30%) e Uniduto Logística (10%). A informação foi divulgada ntem, inicialmente por meio de um comunicado a investidores da companhia. A aquisição depende ainda do cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do governo que analisa operações empresariais e fiscaliza o cumprimento das regras de defesa da concorrência. PÁGINA 3

Especial

Profissões de tecnologia crescem mais de 700%

PÁGINA 5

INADIMPLÊNCIA

Agro fatura com safra recorde, mas decide dar 'calote' no BB

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



A presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros (**foto**), afirmou ontem que parte dos médios e grandes produtores rurais inadimplentes se recusou a pagar dívidas, renegociar operações e apresentar novas garantias à instituição, mesmo após a oferta de programas de repactuação com condições facilitadas. A declaração foi feita durante teleconferência sobre os resultados do terceiro trimestre de 2026. Segundo a executiva, o comportamento de parte dos devedores surpreendeu a administração do banco e tem contribuído para o agravamento da inadimplência na carteira de agronegócios. "Não contávamos com a persistência e intencionalidade do risco moral", afirmou Tarciana. O vice-presidente de Agronegócios do BB, Gilson Bittencourt, também apontou que parte dos produtores pode estar adiando a renegociação das dívidas na expectativa de conseguir condições mais favoráveis em outro momento. PÁGINA 2

CORTE DE GASTOS

Senado aprova pacote que prevê ajuste de até R$ 60 bi

Após quase quatro horas de votação, o Senado aprovou ontem o texto-base do projeto de ajuste fiscal do governo, por 45 votos a 31. A proposta prevê medidas para reduzir despesas e ampliar a arrecadação, com economia estimada entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões em 2027, segundo o ministro Bruno Moretti. Os destaques ainda serão analisados, provavelmente na terça-feira. Depois, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados. O texto prevê uma redução linear de 10% nos benefícios tributários, além do corte aprovado no fim de 2025. A medida poderá representar uma redução de até 20% em relação aos valores originais. Entre as exceções estão benefícios relacionados à folha de pagamentos, ao setor de tecnologia da informação, a semicondutores e à isenção de veículos para pessoas com deficiência e autistas. O projeto também reduz de 2,5% para 2% acima da inflação o limite de crescimento das despesas em anos de acionamento dos mecanismos de contenção fiscal.

ESCALA DE TRABALHO

GUSTAVO MORENO/STF



Dino mantém prazo inicial da 5x2, mas flexibiliza transição

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem uma liminar (decisão provisória) para permitir jornadas de trabalho superiores a 8h diárias durante a fase de transição da escala 5x2, que prevê a jornada semanal de 42 horas semanais pelo prazo de um ano. O ministro também manteve o início da vigência da escala 5x2 para o dia 16 de dezembro, conforme previsto na Emenda Constitucional que acabou com a escala 6x1 no país. Com a decisão, os empregadores estão autorizados a distribuir as 42h semanais, durante o período de um ano de transição, entre os cinco dias de trabalho da escala 5x2, o que resultada em jornadas diárias de até 8h24. PÁGINA 7

BALANÇO

Light registra prejuízo de R$ 56 milhões no 3º trimestre

PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA (-0,60%) / 171.035,56 / -1.024,87 / Volume: 32.241.403.055 / Negócios: 4.753.682

Ativo

	Preço	%	Oscil.
BBAS3	15,48	–8,35	–1,41
COGN3	1,58	+3,95	+0,06
MGLU3	7,07	–7,70	–0,59
CSAN3	2,85	–5,94	–0,18
BEEF3	3,18	+5,65	+0,17

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
OSXB3	2,23	+51,70	+0,76
NUTR3F	3,54	+31,11	+0,84
HOOT4F	7,29	+21,50	+1,29
CRPG5F	9,48	+16,32	+1,33
HAPV3	5,32	+14,90	+0,69

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
UCAS3	0,70	–25,53	–0,24
UCAS3F	0,73	–25,51	–0,25
CASN3	4,56	–24,00	–1,44
AMER3	4,05	–20,12	–1,02
AMER3F	4,10	–19,13	–0,97

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	52.297,09	-0,36
S&P 500	7.592,4	-0,35
US Tech 100	27.530,4	-0,31
Euronext 100	1.923,54	-0,13
CAC 40	8.361,36	+0,34
FTSE 100	10.863,09	+0,25

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	1,47% (out.)	**EURO turismo**	
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA-15**	0,32% (out.)	Compra 6,3458	Venda: 6,5258
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(05/11)	13,75%	(05/11)	13,65%	Compra: 5,6143	+0,97%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(12/11)	0,1552%	BM&F/grama/RJ	R$ 656,03	Compra: 5,6512	Venda: 5,6518
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(12/11)	0,6560%	Compra: 6,2476	Venda: 6,2482	Compra: 5,6722	Venda: 5,8522

MERCADOS

Bolsa cai com pressão de bancos e juros nos Estados Unidos

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou o pregão de ontem, em queda de 0,43%, aos 171.324,31 pontos, pressionado pelo setor financeiro e pela perspectiva de juros mais altos nos Estados Unidos, apesar do avanço da Petrobras, favorecida pela recuperação do petróleo. Em uma sessão de giro financeiro relativamente baixo, de R$ 22 bilhões, que reforça a cautela dos investidores.

No exterior, a escalada do conflito entre Estados Unidos e Irã acrescentou pressão às expectativas de inflação, diante do encarecimento do petróleo. O cenário se soma aos dados recentes de atividade e inflação fortes nos EUA, que alimentam as apostas em nova alta dos juros pelo Federal Reserve (Fed) em dezembro. Os rendimentos dos Treasuries renovaram máximas durante a sessão, enquanto o presidente do Fed de Chicago, Austan Goolsbee, reforçou em declarações a necessidade de combater a inflação.

O petróleo Brent avançou 3,3%, a US$ 95,82 por barril, após o presidente americano, Donald Trump, afastar um acordo com Teerã e relatos confirmarem um ataque militar ao Irã. A alta favoreceu as petroleiras brasileiras, mas também agravou as preocupações inflacionárias.

DÓLAR

A escalada global da moeda americana, diante da expectativa crescente de aperto monetário mais expressivo nos EUA.

Já em alta firme e acima da marca de R$ 5,60 no fim da manhã, o dólar acentuou os ganhos ao longo da tarde e alcançou R$ 5,65, em meio às máximas das taxas dos Treasuries, na esteira de falas dirigentes do Federal Reserve e da arrancada dos preços do petróleo.

Depois de tocar R$ 5,6553, o dólar à vista terminou o dia em alta de 1,62%, a R$ 5,6519 - maior valor de fechamento desde 4 de junho de 2025 (R$ 5,6535). O real apresentou o pior desempenho entre as divisas mais líquidas. A moeda americana já acumula ganhos de 3,81% em novembro, depois do avanço de 5,20% em outubro.

INADIMPLÊNCIA

BB leva calote do Agro que fatura alto com safra recorde

WELLTON MÁXIMO/ ABRASIL

A presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, afirmou ontem que parte dos médios e grandes produtores rurais inadimplentes se recusou a pagar dívidas, renegociar operações e apresentar novas garantias à instituição, mesmo após a oferta de programas de repactuação com condições facilitadas. A declaração foi feita durante teleconferência sobre os resultados do terceiro trimestre de 2026.

Segundo a executiva, o comportamento de parte dos devedores surpreendeu a administração do banco e tem contribuído para o agravamento da inadimplência na carteira de agronegócios.

"Não contávamos com a persistência e intencionalidade do risco moral", afirmou Tarciana.

O vice-presidente de Agronegócios do BB, Gilson Bittencourt, também apontou que parte dos produtores pode estar adiando a renegociação das dívidas na expectativa de conseguir condições mais favoráveis em outro momento.

Segundo a direção do banco, os casos de inadimplência estão concentrados principalmente entre produtores de médio e grande porte do Centro-Oeste, que atuam nas culturas de soja, milho e na pecuária.

RISCO MORAL

Tarciana destacou que, mesmo diante de colheitas recordes em 2025 e 2026, parte dos produtores optou por não honrar os compromissos financeiros nem buscar alternativas para regularizar as operações.

"Mesmo com colheitas recordes, parte dos grandes e médios produtores optaram por não pagar, nem renegociar, e se recusaram a apresentar garantias", declarou.

O chamado risco moral ocorre quando um devedor adia o cumprimento de suas obrigações por acreditar que poderá obter condições mais vantajosas de negociação ou algum tipo de benefício futuro.

A presidenta fez questão de diferenciar os clientes que procuraram o banco para renegociar suas dívidas daqueles que permanecem inadimplentes sem apresentar alternativas de regularização.

"Para quem não negocia e não paga, o instrumento é a cobrança", afirmou.

Segundo Tarciana, cerca de 90% dos clientes do agronegócio continuam pagando suas operações em dia. A executiva ressaltou que a deterioração da carteira não representa o comportamento de todo o setor e que o banco pretende manter o relacionamento com os produtores que honram seus compromissos.

INADIMPLÊNCIA

A piora na carteira de agronegócios teve impacto direto no balanço do Banco do Brasil. No terceiro trimestre de 2026, a instituição registrou lucro líquido ajustado de R$ 1,27 bilhão, queda de 66,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

O custo do crédito alcançou R$ 21,2 bilhões no trimestre e somou R$ 58,6 bilhões nos primeiros nove meses do ano, crescimento de 33,2% na comparação anual.

Os indicadores da carteira agro também demonstram a deterioração da capacidade de pagamento de parte dos clientes:

- 6,92%: índice de inadimplência acima de 90 dias em setembro de 2026, ante 4,84% no mesmo mês de 2025;
- 10,10%: percentual de operações com atrasos superiores a 30 dias em setembro;
- 66%: índice de pontualização em outubro, que mede o pagamento das parcelas na data prevista;
- R$ 21,2 bilhões: custo do crédito registrado no terceiro trimestre.

Com o resultado abaixo das expectativas, o BB revisou sua projeção de lucro líquido ajustado para 2026. A estimativa, que anteriormente estava entre R$ 18 bilhões e R$ 22 bilhões, passou para uma faixa de R$ 9 bilhões a R$ 11 bilhões.

RENEGOCIAÇÃO ABAIXO

A presidenta afirmou que o banco identificou sinais atípicos de deterioração nos pagamentos do agronegócio ainda no primeiro trimestre de 2025. Na ocasião, a instituição decidiu suspender a divulgação de suas projeções financeiras diante das incertezas sobre o comportamento da carteira.

Tarciana disse que o BB intensificou as estratégias de cobrança, ampliou as exigências de garantias e reforçou as iniciativas para renegociar os débitos.

Por meio da Medida Provisória (MP) 1.376/2026, foram renegociados R$ 13,4 bilhões em dívidas do agronegócio. Apesar do volume financeiro, a adesão ficou abaixo das expectativas da instituição.

Segundo o BB, apenas 15% dos clientes inadimplentes aderiram às condições de renegociação.

Entre as medidas adotadas pelo banco para reduzir a exposição ao risco estão:

- Reforço dos mecanismos de cobrança e recuperação de crédito;
- Ampliação das exigências de garantias nas novas operações;
- Intensificação da judicialização contra devedores;
- Cessão de carteiras com perdas para empresas especializadas na recuperação de dívidas;
- Uso de inteligência artificial para aprimorar a avaliação da capacidade de pagamento dos produtores.

Tarciana também informou que 80% da safra 2026/2027 já conta com alienação fiduciária como garantia, mecanismo que permite ao credor ter a propriedade do bem vinculado à operação até a quitação da dívida.

CAPITAL E PERSPECTIVAS

Além da pressão provocada pela inadimplência, o Banco do Brasil enfrenta desafios relacionados à recomposição de seu capital e à recuperação da rentabilidade.

Tarciana admitiu que o índice de capital principal da instituição encerrou o terceiro trimestre um pouco abaixo de 11%. Embora esteja acima do mínimo regulatório, o indicador permanece abaixo do patamar considerado adequado pela administração.

"Hoje, o nosso foco é recuperar a rentabilidade do Banco do Brasil. A nossa gestão tem um compromisso: colocar a sustentabilidade do banco em primeiro lugar, mesmo quando isso exige decisões difíceis no curto prazo", afirmou.

Para 2027, o banco prepara um conjunto de mais de 15 medidas para reforçar sua estrutura de capital. Entre as iniciativas está a redução do percentual de distribuição de dividendos, anunciada na quarta-feira (11), que permitirá reter uma parcela maior dos resultados.

O vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores da instituição, Marco Geovanne Tobias da Silva, afirmou que a expectativa é de acomodação da inadimplência e recuperação gradual dos resultados. O executivo também sinalizou uma redução maior do volume de crédito destinado ao agronegócio, segmento que atualmente concentra parte das dificuldades da instituição e apresenta menor margem de retorno.

CRÉDITO AO AGRO

Apesar do cenário adverso, Tarciana reafirmou que o Banco do Brasil não pretende abandonar o financiamento ao agronegócio. A estratégia, segundo ela, será aprimorar a análise de risco e diferenciar os produtores que enfrentam dificuldades financeiras daqueles que, na avaliação da instituição, têm condições de pagar, mas não regularizam suas operações.

A presidenta também destacou a importância histórica do relacionamento do banco com o setor rural e afirmou que a instituição continuará atendendo clientes com os quais mantém vínculos de longa data.

"Vamos continuar emprestando para o nosso cliente agro que é parceiro de uma vida inteira. Há clientes que estão conosco há várias gerações", declarou.

A executiva reforçou que a prioridade da administração é recuperar a rentabilidade e preservar a sustentabilidade financeira do banco, sem comprometer sua atuação como uma das principais instituições financiadoras do agronegócio brasileiro.

CONSTRUTORA

Cyrela apresenta lucro líquido de R$ 481 mi no terceiro trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

A Cyrela Brazil Realty apresentou lucro líquido de R$ 481 milhões no terceiro trimestre de 2026, queda de 21% em relação ao mesmo período de 2025, de acordo com balanço publicado há pouco. A receita líquida totalizou R$ 2,382 bilhões, crescimento de 12% na mesma base de comparação anual.

A margem bruta subiu 1 ponto porcentual, para 34,0%. Já a margem líquida encolheu 8,4 pontos porcentuais, para 20,2%.

As despesas comerciais atingiram R$ 308 milhões, expansão de 30%, movimento atribuído ao crescimento do item estande de vendas, enquanto as despesas gerais e administrativas foram de R$ 138 milhões, alta de 5%.

A linha de equivalência patrimonial (que apura os resultados oriundos de empreendimentos feitos em sociedade) gerou ganho de R$ 148 milhões, aumento de 12% na comparação anual. O resultado financeiro (saldo entre receitas e despesas financeiras) gerou uma receita líquida de R$ 119 milhões, expansão de 111% na comparação anual.

A Cyrela reportou geração de caixa de R$ 341 milhões. A dívida líquida ajustada no fim do trimestre era de R$ 1,708 bilhão, redução de 11% ante o segundo trimestre deste ano.

OPERACIONAL

A Cyrela teve lançamentos e vendas menores entre julho e setembro. A companhia lançou 15 empreendimentos no intervalo, com um valor geral de vendas (VGV) estimado em R$ 2,863 bilhões. Isso foi 16% menor em relação ao terceiro trimestre do ano passado. As vendas líquidas atingiram R$ 2,117 bilhões, recuo anual de 14%.

Em sua apresentação de resultados, a Cyrela informou que o estoque de imóveis disponível para venda era avaliado em R$ 13,753 bilhões ao fim de setembro, montante 7% maior que no fim de junho.

Desse total, 11,2% eram apartamentos prontos, que geram despesas de manutenção. A companhia informou que avançou na venda dessas unidades, reduzindo o estoque de prontos em 10% ao longo do trimestre.

A incorporadora também ampliou o estoque para novos projetos, tendo escriturado seis áreas no trimestre - quatro na cidade de São Paulo e duas no Rio de Janeiro. No período, a companhia entregou sete empreendimentos e encerrou setembro com 128 canteiros de obras em andamento.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

2026

Abramat amplia previsão de queda nas vendas de materiais de construção

CIRCE BONATELLI/AE

As vendas da indústria de materiais de construção vão fechar o ano com um desempenho bem pior do que o previsto pelos empresários. O que tem puxado o desempenho para baixa é o setor de varejo, em que os juros altos e as famílias endividadas estão esfriando os negócios.

A Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) revisou nesta quinta-feira, a sua projeção de faturamento, que passou de uma queda de 0,8% para 1,3%. Os números já consideram a inflação.

Este foi o terceiro corte nas expectativas para o ano. A previsão inicial da Abramat para 2026 era de alta de 1,9% nas vendas da indústria. Em julho, com resultados abaixo do esperado, a projeção foi revisada para uma alta de apenas 0,5%. Depois, em outubro, a associação mudou novamente a projeção para uma queda de 0,8%. Menos de um mês depois, aprofundou esse corte para 1,3%.

O setor registrou vendas de R$ 412,7 bilhões em 2025. A queda de 1,3%, se confirmada, representará um montante de R$ 5,4 bilhões a menos em negócios para o setor em 2026, ficando em R$ 407,3 bilhões.

Em outubro, o setor notou uma recuperação, com as vendas crescendo 1% na comparação com o mesmo período do ano passado. Em setembro, também houve melhora, com alta de 1,2% (conforme dado revisado pela entidade).

Ainda assim, as vendas da indústria de materiais acumuladas entra janeiro e outubro encolheram 2,8%. Entre os segmentos, os materiais básicos (cimento, ferragens, blocos e semelhantes) registram retração de 2,6% entre janeiro e outubro, enquanto os materiais de acabamento (tintas, cerâmicos, iluminação etc) acumulam queda de 3,2%.

O presidente da Abramat, Mauro Franco, apontou que a recuperação mais lenta do que a esperada está relacionada principalmente às dificuldades do comércio varejista de materiais de construção. Ele avalia que as condições apertadas de crédito e o endividamento das famílias "continuam restringindo os gastos com obras e reformas".

O que tem ajudado a sustentar a demanda de materiais é a atividade das construtoras, impulsionada por obras de infraestrutura e empreendimentos vinculados ao Minha Casa, Minha Vida. "Esse movimento atenua os efeitos da retração do varejo, mas ainda não é suficiente para compensar a queda no ano", declarou, em nota.

Uma sondagem feita pela Abramat com empresários em outubro mostrou que 43% avaliaram as vendas como regulares, 24% como boas e 33% como ruins ou muito ruins. Para novembro, 57% projetam vendas regulares, 29% esperam resultado bom e 14% preveem desempenho ruim ou muito ruim.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ Associação Nacional de Jornais

ACESSE NOSSO SITE

Logum

Petrobras compra 100% de transportadora de etanol

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras firmou um acordo para se tornar 100% dona da empresa Logum Logística, que atua no transporte, movimentação e armazenamento de etanol.

A estatal já era proprietária de 30% do capital social da Logum e fechou os termos para pagar R$ 620 milhões pelos demais 70%, que pertencem às empresas Raízen Energia (30%), Copersucar (30%) e Uniduto Logística (10%).

A informação foi divulgada ntem, inicialmente por meio de um comunicado a investidores da companhia.

A aquisição depende ainda do cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do governo que analisa operações empresariais e fiscaliza o cumprimento das regras de defesa da concorrência.

O pagamento será feito em três parcelas:

- R$ 300 milhões no fechamento da operação
- R$ 160 milhões após 12 meses
- R$ 160 milhões após 24 meses.

Os valores estão sujeitos aos ajustes de preço previstos no contrato.

LOGÍSTICA DO ETANOL

A Logum Logística tem sede no Rio de Janeiro e opera uma rede de dutos com mais de 1 mil quilômetros e terminais em Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP) e Paulínia (SP), que recebem o etanol de unidades produtoras do interior do país pela rodovia.

Em seguida, o combustível é transportado por dutos até os polos de distribuição no estado de São Paulo (Barueri, Guarulhos, São Caetano do Sul e São José dos Campos) e em Duque de Caxias (RJ), além do terminal marítimo da Ilha D'Água, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Desses pontos, o etanol é carregado para navios-tanque, que fazem cabotagem (transporte em embarcações dentro do país) e exportação.

IPETROBRAS

De acordo com a Petrobras, a compra posiciona a estatal no principal corredor logístico de etanol do país, e a aquisição apresenta "condições econômico-financeiras atrativas, considerando o crescimento do mercado de etanol, com destaque para a expansão da produção de etanol de milho na região Centro-Oeste".

A Petrobras destacou que a nova malha de logística promove "relevantes sinergias", ao possibilitar a integração da malha dutoviária da Logum ao Sistema Petrobras, "com potencial geração de mais valor para os ativos logísticos da companhia".

A gigante do petróleo afirma que a aquisição é aderente ao plano de negócios da empresa, que prevê a ampliação da atuação em negócios de fontes renováveis e de baixo carbono, "contribuindo para a diversificação rentável do portfólio da companhia".

MENOS EMISSÃO

A Petrobras enfatizou que, além de eficiência logística, o transporte por dutos representa menor intensidade de emissões de gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global e as mudanças climáticas.

Segundo a empresa, o transporte de 1 milhão de metros cúbicos (m^3) por ano por dutos equivale à retirada de aproximadamente 80 carretas por dia das rodovias.

Na safra 2025-2026, a Logum movimentou cerca de 5 milhões de m^3 de produtos.

A empresa de logística estima que, até 2030, terá deslocado 1,2 milhão viagens de caminhões, o que deverá evitar a emissão de cerca de 1,4 milhão de toneladas de dióxido de carbono (CO_2), um dos gases do efeito estufa.

União

PPSA chega aos 13 anos com arrecadação de R$ 76 bilhões

DENISE LUNA/AE

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) acumula arrecadação para a União de R$ 76 bilhões até setembro, nos seus 13 anos de existência, completados nesta quinta-feira, informou a estatal. A estatal representa a União nos contratos de partilha de produção, o que a coloca como terceira maior produtora de petróleo e gás natural do País.

Criada em 2013 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), a estatal administra 29 contratos de partilha de produção e trabalha para consolidar sua atuação como comercializadora de petróleo e gás natural.

Com o resultado do 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha, realizado em outubro passado, sete novos blocos devem entrar na carteira da empresa, elevando para 36 o total de contratos sob sua gestão a partir de 2027.

Considerando dados de agosto, a União tem produção de 313 mil barris de petróleo por dia e de 627 mil metros cúbicos por dia (m?/dia) de gás natural. Segundo o diretor-presidente da PPSA, Luis Fernando Paroli, a produção da União deve chegar a 400 mil barris por dia nos próximos meses.

De janeiro a outubro, a PPSA arrecadou R$ 32,8 bilhões com leilões de petróleo. Entre os marcos destacados pela estatal estão a assinatura do contrato de Libra, em 2013, o início da produção em Mero, em 2017, e o 5º Leilão de Petróleo da União, em 2025, na B3, além do primeiro leilão de áreas não contratadas, que arrecadou R$ 8,8 bilhões em dezembro de 2025.

Em outubro deste ano, a estatal realizou o 1º Leilão de Gás Natural da União, vendendo a totalidade dos 110 lotes ofertados. A PPSA também assinou um memorando de entendimento com a argentina Gas y Petróleo (GyP), da província de Neuquén, para avaliar o fornecimento de gás natural de Vaca Muerta ao mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que reforça sua estrutura interna para sustentar um novo ciclo de expansão, informou a empresa.

IBGE

Inflação oficial perde força e fica em 0,14% em outubro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A bandeira verde na conta de luz e o custo dos transportes deram alívio ao bolso dos brasileiros em outubro e ajudaram a inflação oficial a perder força e fechar o mês de outubro em 0,14%. Em setembro, o indicador ficou em 0,82%.

No acumulado de 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4,63%, percentual acima da meta do governo.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado. O relatório Focus da última segunda-feira (9), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projetava a inflação de outubro em 0,27%.

Para o fim do ano, o mercado sinaliza a inflação oficial em 5,22%. Já o Ministério da Fazenda prevê IPCA de 4,9% ao fim de 2026.

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

Outubro é o segundo mês seguido com inflação acima do teto. Em setembro, o acumulado era de 4,58%.

De acordo com o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, para fechar o IPCA no teto de 4,5%, o índice teria que acumular no máximo 0,39% nos dois últimos meses.

INFLUÊNCIAS

Para chegar ao IPCA, o IBGE apura o comportamento de 377 subitens (produtos ou serviços) em nove grupos. Veja os comportamentos:

- alimentação e bebidas: 1,04% (impacto de 0,22 ponto percentual)
- comunicação: 0,71% (0,03 p.p.)
- artigos de residência: 0,44% (0,02 p.p.)
- vestuário: 0,38% (0,02 p.p.)
- despesas pessoais: 0,36% (0,04 p.p.)
- saúde e cuidados pessoais: 0,09% (0,01 p.p.)
- educação: 0,07% (0,00 p.p.)
- habitação: -0,51% (-0,08 p.p.)
- transportes: -0,59% (-0,12 p.p.)

LUZ MAIS BARATA

O grupo habitação foi o que mais puxou a inflação para baixo. A variação de -0,51% é a mais profunda para um mês de outubro desde 2019.

O resultado foi influenciado pelo preço da energia elétrica residencial, que recuou 1,92% (impacto de -0,08 p.p.). A conta de luz foi o subitem que mais exerceu pressão de baixa em todo o IPCA.

O analista da pesquisa, Fernando Gonçalves, explica que em outubro, a bandeira tarifária da conta de luz passou de amarela para verde, eliminando cobrança adicional de R$ 1,885 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em setembro, a energia elétrica tinha subido 7,98% – também efeito do fim do Bônus Itaipu, desconto que os consumidores receberam na conta de agosto).

TRANSPORTES

A queda nos preços dos transportes (-0,59%) é a mais intensa para um mês de outubro desde o início do Plano Real (1994).

No grupo transportes, a queda reflete a variação negativa das passagens aéreas (-9,21%) e redução nos combustíveis (-0,31%).

O IBGE destaca a queda na média de preços da gasolina (-0,56%) e do gás veicular (-0,46%). Em todo o IPCA, a gasolina é o subitem com maior peso na cesta de consumo dos brasileiros.

O óleo diesel (1,66%) e o etanol (1,02%) apresentaram alta.

ALIMENTOS

Pelo lado das altas, o grupo alimentação e bebidas subiu 1,04%. A alimentação no domicílio ficou em 1,31%.

As maiores influências de alta na alimentação foram:

- tomate: 19,57%
- cebola: 11,29%
- arroz: 4,81%
- carnes: 2,27%

No lado das quedas, destacam-se cenoura (-9,72%), batata-inglesa (-2,95%) e café moído (-1,03%).

"Questões climáticas, como chuvas em excesso, comprometem a oferta de alguns produtos, assim como o preço mais alto do diesel pressiona a cadeia produtiva, impactando o valor dos produtos para o consumidor final."

"Se essas mudanças climáticas são causadas pelo El Niño, podemos dizer que o fenômeno está, sim, trazendo impactos na produção dos alimentos", diz ele sobre o fenômeno de aquecimento anormal no Oceano Pacífico.

ESPALHAMENTO

O índice de difusão indica que 61% dos 377 produtos e serviços pesquisados tiveram aumento de preço. No mês passado, esse percentual estava em 55%.

Nota

REDE D'OR ENCERRA TERCEIRO TRIMESTRE DE 2026 COM LUCRO LÍQUIDO DE R$ 1,45 BILHÃO

A Rede D'Or encerrou o terceiro trimestre de 2026 com lucro líquido de R$ 1,45 bilhão, mantendo-se estável (-0,1%) na comparação anual. A receita líquida consolidada atingiu R$ 15,41 bilhões (+5,6%), enquanto a receita bruta total somou R$ 16,57 bilhões (+6,2%). O Ebitda ajustado avançou 11,6%, alcançando R$ 3,61 bilhões. O resultado refletiu o forte desempenho da divisão hospitalar e oncológica. A receita bruta de hospitais e outros foi de R$ 10,34 bilhões, alta de 10,1%, com custos operacionais crescendo 6,7% (de R$ 6,17 bilhões para R$ 6,59 bilhões). Dentre os custos, pessoal somou R$ 2,34 bilhões (+5,9%) e materiais e medicamentos atingiram R$ 1,93 bilhão (+10,4%). A margem bruta atingiu 28,0% (+2,3 p.p.), sustentada pela diluição de pessoal e estabilidade de insumos, mesmo com a maior participação da oncologia.

CONCESSÃO DE LICENÇA

Vitale V18 Empreendimentos Imobiliários Ltda - CNPJ: 50.812.060/0001-87 torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento (SMDU), através do processo nº 000230.000353/2026-43, Licença Municipal Prévia e de Instalação nº 60/2026 com validade de 48 meses para Desenvolvimento de Projeto e Construção de Grupamento Residencial Multifamiliar, na Avenida Imperatriz Leopoldina, 1500 - Barra Olímpica - Jacarepaguá/RJ.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.22/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o **EDITAL** de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DO MATERIAL (AGULHAS DE BIÓPSIA) por repetição - (04 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº **25057.010706/2026-01.** Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 18/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.356/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o **EDITAL** de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (GEL, ELETRODO E OUTROS) - (GRUPO E ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº **25057.005994/2025-92.** Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 25/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

Balanço

Marisa Lojas registra prejuízo líquido de R$ 52,9 milhões no terceiro trimestre

JÚLIA PESTANA/AE

A Marisa Lojas registrou prejuízo líquido de R$ 52,9 milhões no terceiro trimestre de 2026, revertendo o lucro de R$ 5,8 milhões visto em igual período do ano passado. Mesmo com a melhora operacional, o resultado foi pressionado pelo custo da dívida e por uma base de comparação beneficiada por créditos tributários extraordinários em 2025. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, principalmente os créditos tributários, o prejuízo líquido caiu 35,8%, de R$ 94,9 milhões para R$ 60,9 milhões.

Para o presidente da Marisa, Edson Garcia, a recuperação deve ser avaliada no médio e longo prazo. "O número continua negativo, mas vinha de um nível muito pior. A gente vem corrigindo essa diferença e construindo uma trajetória de melhora", afirmou.

A receita líquida consolidada recuou 2,1%, para R$ 325,8 milhões, enquanto as vendas mesmas lojas cresceram 1,1%. O Ebitda consolidado recorrente, por sua vez, avançou 27,1%, para R$ 44,5 milhões, com expansão de 3,2 pontos porcentuais na margem, para 13,7%. O desempenho foi favorecido pela redução de 14,1% nas despesas, que somaram R$ 120,3 milhões. O CEO lembra que a companhia passou por uma reestruturação em 2024, estabilizou a operação em 2025 e agora concentra esforços na recuperação da rentabilidade. "A gente encontrou o trilho e não pode deixar descarrilhar. Haverá oscilações ao longo do caminho, mas a direção está muito clara para nós", disse.

VENDAS E OUTUBRO

Entre as categorias, os destaques foram moda infantil e masculina, cujas vendas 'mesmas lojas' cresceram 11,7% e 11,6%, respectivamente. O avanço ajudou a compensar um julho mais fraco, afetado pela Copa do Mundo. Em agosto, as vendas mesmas lojas cresceram 7%, seguidas de alta de 4% em setembro.

DÍVIDA E JUROS

A dívida líquida da Marisa entre julho e setembro somou R$ 449,7 milhões, alta de 62,1% ante o fim de 2025. A alavancagem passou de 0,8 vez para 2 vezes o Ebitda no período. Já o resultado financeiro líquido ficou negativo em R$ 76,8 milhões, uma piora de 53,9%.

IMPERIAL PARK ESTACIONAMENTO LTDA

CNPJ 28.038.477/0001-85

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – REUNIÃO DE SÓCIOS – 1ª CONVOCAÇÃO

Ficam os sócios da **IMPERIAL PARK ESTACIONAMENTO LTDA** convocados, na forma dos arts. 1.072, 1.073, inciso I, e 1.152, §3º, do Código Civil, para a Reunião de Sócios a ser realizada no dia 23 de Novembro de 2026 ás 14h00, na sede da sociedade, na Rua Senador Alencar, nº 100, com entrada pela Rua Conde de Leopoldina, nº 725, Vasco da Gama, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.921-430, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Destituição do sócio ADRIANO CASTELLANI MOURAO do cargo de administrador da sociedade, permanecendo ele na sociedade como sócio quotista. 2. Alteração da Cláusula 9ª do contrato social, para atribuir a administração da sociedade ao sócio AGOSTINHO FRANCISCO DE SEIXAS MOURAO, isoladamente. 3. Consolidação do contrato social. A reunião instala-se, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo três quartos do capital social (art. 1.074 do Código Civil). O sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante mandato com especificação dos atos autorizados (art. 1.074, §1º, do Código Civil). A presente convocação é feita pelo sócio titular de mais de um quinto do capital social, em razão do não atendimento, no prazo de 8 (oito) dias, do pedido de convocação fundamentado entregue à Administração em 29 de outubro de 2026 (art. 1.073, inciso I, do Código Civil). Rio de Janeiro, 09 de Novembro de 2026.

Agostinho Francisco De Seixas Mourao - Sócio-Administrador.

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 29º 18º 85% 05:13 18:23

ENERGIA

Aneel vota na próxima terça-feira processo sobre contrato da Enel

RENAN MONTEIRO/AE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) votará na próxima terça-feira, o processo que pode resultar na recomendação de caducidade da concessão da Enel São Paulo. A discussão está sob vista do diretor Gentil Nogueira. A relatora, diretora Agnes Costa, votou pela caducidade contratual em outubro.

Também estão na pauta outros processos relevantes, incluindo a regulamentação sobre o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, assim como os recursos da Evolution Power Partners (EPP) e da TermoG contra a decisão que inabilitou os empreendimentos no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP), realizado em março. A discussão sobre teto para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) também ocorrerá na terça-feira.

ABC PAULISTA

Agressor ataca ex-mulher a tesouradas em frente a shopping

GEOVANNA HORA/AE

Um homem de 44 anos atacou a ex-companheira, de 45, com uma tesoura em frente ao Shopping Golden Square, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, na tarde de quarta-feira. A Polícia Civil solicitou à Justiça a prisão temporária do suspeito.

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) afirmou, em nota, que a mulher foi atingida por golpes de tesoura na Avenida Kennedy, no Jardim do Mar.

Ela foi encaminhada ao Hospital de Urgência e posteriormente transferida ao Hospital de Clínicas do município. Não há informações atualizadas sobre seu estado de saúde.

Em nota, o Golden Square afirmou que o caso não ocorreu nas dependências do shopping, mas nas proximidades. O estabelecimento informou que a mulher é funcionária de uma das lojas e que sua equipe acionou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e a polícia, além de prestar os primeiros socorros à vítima. Segundo o shopping, ela foi encaminhada ao hospital consciente e em estado estável.

"O shopping está à disposição para colaborar com as autoridades", acrescentou.

O ex-companheiro da vítima é o principal suspeito do crime, mas fugiu antes da chegada da Polícia Militar. A identidade dele não foi divulgada e, por isso, não foi possível localizar sua defesa

Segundo a SSP, além de solicitar a prisão temporária do suspeito, a Polícia Civil pediu à Justiça a concessão de medidas protetivas de urgência para a vítima.

O caso foi registrado como tentativa de feminicídio pela Delegacia de Defesa da Mulher de São Bernardo do Campo, que determinou a instauração de inquérito policial para apurar os fatos.

CASO SEMELHANTE

Em fevereiro, uma funcionária de uma joalheria do Golden Square morreu após ser esfaqueada pelo ex-namorado dentro do estabelecimento.

Segundo a SSP, equipes das polícias Militar e Civil foram acionadas e encontraram o agressor mantendo a vítima refém dentro da loja. Houve tentativa de negociação, mas o homem apontou a arma para os policiais, e o Grupo de Operações Especiais (GOE) interveio para conter a ameaça.

A vítima foi encontrada gravemente ferida e não resistiu. Ela já havia registrado boletins de ocorrência contra o agressor e tinha uma medida protetiva de urgência concedida pela Justiça.

Na época, o Golden Square lamentou "o caso de feminicídio contra a funcionária", afirmou que oferecia apoio ao lojista e à família da vítima e disse estar à disposição das autoridades.

EM HOSPITAL

Foragido por homicídio é identificado pelo Smart Sampa e é preso

Homem de 44 anos foi localizado pelas câmeras no Hospital Municipal de Parelheiros; ele ainda tem mais de seis anos de prisão a cumprir

O sistema Smart Sampa auxiliou a Guarda Civil Metropolitana (GCM) a localizar e prender, no último sábado, um homem de 44 anos procurado pela Justiça por homicídio. Ele foi identificado pelas câmeras de videomonitoramento enquanto estava no Hospital Municipal de Parelheiros, na Zona Sul da capital. Contra ele, havia uma ordem judicial para o cumprimento de seis anos, dois meses e 20 dias de prisão.

A prisão foi possível após um alerta emitido pela Central do Smart Sampa a uma equipe da GCM que realizava patrulhamento na região. O sistema identificou o foragido nas imediações e acionou os agentes, que iniciaram as buscas. Os guardas localizaram o homem na recepção do hospital. Ao ser questionado sobre o mandado de prisão, ele confirmou a existência da ordem judicial e não ofereceu resistência. A ocorrência foi conduzida sem interferir no atendimento prestado aos pacientes.

Identificado como A.E.S.F., o homem era procurado por homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal. O mandado de prisão foi expedido em 3 de setembro de 2026 pela Vara Única da Comarca de Macaparana, vinculada ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A determinação estabelece o cumprimento de seis anos, dois meses e 20 dias de prisão, em regime semiaberto.

PRIVATIZAÇÃO FALIDA

Passageiros sofrem com trem e Tarcísio não resolve problema

RAYANDERSON GUERRA/AE

MARCELLO CASAL JR/ABRASIL



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**), disse ontem que solicitou uma reunião com o conselho da ViaMobilidade, concessionária das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, depois de mais uma falha no sistema de trens da Grande São Paulo.

"As cenas que a gente viu hoje, e na verdade não hoje, mas que a gente tem visto ao longo do tempo, trazem revolta, trazem indignação", declarou.

Na manhã de ontem, passageiros da Linha 8-Diamante registraram momentos de pânico após uma falha interromper a circulação e afetar o funcionamento do ar-condicionado. Em um vídeo divulgado nas redes sociais, uma mulher grita pedindo ajuda para que as portas sejam abertas por conta do calor e lotação.

"Todo mundo sem ar. Tem que abrir os vidros pra gente respirar, que vai morrer todo mundo. Trem lotado", diz.

Segundo Tarcísio, o governo exige melhorias e, num cenário extremo, pode chegar à extinção do contrato. A data da reunião não foi informada.

Passageiros ficaram mais de 40 minutos presos em um trem sem ar-condicionado entre as estações General Miguel Costa e Carapicuíba, na Linha 8-Diamante, nesta quinta-feira. Alguns quebraram janelas para sair do vagão e caminharam pelos trilhos.

"A gente já pediu uma reunião com o conselho da empresa, a gente está cobrando medidas duras, medidas firmes e a gente pode inclusive culminar lá na frente com a extinção do contrato", afirmou o governador.

Tarcísio criticou a recorrência dos problemas e disse que os trens não têm a estrutura necessária para evitar falhas causadas por raios e problemas elétricos.

No mesmo dia, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) anunciou que vai investigar a nova pane e apurar se houve omissão da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) na fiscalização da concessionária.

O governador negou omissão da Artesp. Segundo ele, a agência contratou um verificador independente para avaliar a qualidade do serviço e já abriu um processo sancionatório que pode resultar na caducidade da concessão.

"São trens que, rotineiramente, falham. A gente não pode admitir isso. O Ministério Público está certo em fazer a apuração", defendeu.

A CONCESSIONÁRIA

Em nota, a ViaMobilidade lamentou a falha e informou que a circulação foi regularizada. Segundo a empresa, uma falha de tração em um trem na via auxiliar interrompeu a circulação entre General Miguel Costa e Carapicuíba. Os clientes desembarcaram na via, acompanhados por Agentes de Atendimento e Segurança (AAS) até a plataforma. Com a retomada, o acionamento dos ônibus da operação PAESE foi cancelado.

'Vai morrer todo mundo sem ar', grita passageira dentro de trem da Linha 8

RARIANE COSTA/AE

Passageiros da Linha 8-Diamante registraram momentos de pânico após uma falha interromper a circulação e afetar o funcionamento do ar-condicionado. Em um vídeo divulgado nas redes sociais, uma mulher grita pedindo ajuda para que as portas sejam abertas por conta do calor e lotação.

"Todo mundo sem ar. Tem que abrir os vidros pra gente respirar, que vai morrer todo mundo. Trem lotado", diz. As imagens foram divulgadas pela TV Globo.

"Tá parado, apagou tudo. Desligou o ar-condicionado, ninguém avisa nada. Estamos aqui há mais de 20 minutos", afirma outro passageiro.

Um outro registro mostra um passageiro chutando a janela para conseguir abrir o vidro e sair do vagão.

O problema começou por volta das 7h na região de Carapicuíba, na Grande São Paulo, e envolveu duas composições que seguiam em direção à estação Júlio Prestes.

De acordo com a ViaMobilidade, concessionária responsável pela linha, a operação foi normalizada às 8h44.

A ViaMobilidade só reconheceu a ocorrência por volta das 7h50, em uma atualização publicada nos canais oficiais. Até então, a empresa informava que o serviço funcionava normalmente.

A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) informou que entrou em contato com a diretoria de operações da concessionária para cobrar medidas imediatas de atendimento aos passageiros e melhorias na comunicação com os usuários. A agência também solicitou informações detalhadas sobre a falha e as providências adotadas pela empresa.

EX-PRESIDENTE

PSDB publica nota de repúdio contra exposição pública de FHC

LEVY TELES/AE

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



O presidente nacional do PSDB, Aécio Neves (**foto**), divulgou ontem, uma nota de repúdio à publicação de imagens do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em seu apartamento em São Paulo.

Nesse comunicado, Aécio agradeceu as manifestações de repúdio de diversas pessoas e afirmou que o incidente que envolveu o ex-presidente é "inadmissível". "É inadmissível que se desrespeite sua delicada situação de saúde na busca por autopromoção", disse. "A violação de sua privacidade deve ser objeto de apuração e punição pelos órgãos de segurança e pela Justiça."

A nota ainda celebra a trajetória política de FHC. "Temos certeza de que a imensa obra de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo aquela realizada durante os anos de seu governo que transformou o Brasil, como é reconhecido por toda a população, jamais será esquecida pelos brasileiros. O PSDB celebrará sempre, com muito orgulho e reverência, seu presidente de honra Fernando Henrique Cardoso e seu legado fundamental para o Brasil", disse.

Fernando Henrique foi filmado em seu apartamento por Wesley Oliveira, homem que entrou no apartamento do ex-presidente e publicou nas redes sociais vídeos fazendo um "tour" pelo imóvel

Os filhos de FHC pediram à Justiça de São Paulo o recolhimento de todos os dispositivos que possam conter filmagens do ex-presidente, logo após a repercussão do caso.

Na quarta-feira, 405 personalidades divulgaram uma nota protestando contra a publicação das imagens de FHC. Entre os signatários da nota de repúdio estão os economistas Pérsio Arida e Andrea Calabi, os ex-ministros Nelson Jobim e José Serra, o jurista Miguel Reale Júnior, o ex-governador Paulo Hartung, o empresário Guilherme Leal, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e Simone Tebet, ex-ministra do governo Lula.

Até mesmo adversários políticos manifestaram solidariedade a FHC "Fui uma firme adversária política de Fernando Henrique Cardoso Está nos anais do Congresso", disse Jandira Feghali (PCdoB-RJ), três horas antes do comunicado do PSDB. "Mas nenhuma diferença ideológica justifica a exposição cruel, desrespeitosa e desumana de uma pessoa em sua velhice. FHC, como todo cidadão e cidadã, merece respeito, cuidado e privacidade. Divergência política se enfrenta com ideias, argumentos e democracia. Jamais com humilhação."

O homem que filmou o ex-presidente foi indiciado por difamação e discriminação contra pessoa idosa pela Polícia Civil do Estado de São Paulo nesta quarta-feira, 11, após prestar depoimento e ter o celular apreendido. Ele também foi proibido de se aproximar de FHC.

Manhã Tarde Noite 30º 21º 85% 05:10 18:15

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

BALANÇO

Light tem prejuízo de R$ 56 milhões no terceiro trimestre

DENISE LUNA/AE

A Light, distribuidora de energia do Rio de Janeiro, registrou prejuízo de R$ 56 milhões no terceiro trimestre de 2026, revertendo o lucro de R$ 33 milhões apurado em igual período do ano passado. A receita líquida, por sua vez, avançou 2,4% na mesma comparação, para R$ 3,426 bilhões.

O Ebitda totalizou R$ 276 milhões entre julho e setembro, uma queda de 44,2% em relação ao terceiro trimestre de 2025. Já a dívida líquida recuou 14,7%, para R$ 5,9 bilhões.

Entre os destaques do período, a companhia informou que sua recuperação judicial foi encerrada em 9 de setembro, após a conclusão das obrigações previstas no plano de recuperação. A Light também concluiu um aumento de capital privado de R$ 1,5 bilhão e a conversão mandatória de R$ 2,2 bilhões em dívidas em ações, considerando o valor de face dos débitos.

A empresa ressaltou ainda o crescimento de 7,4% na margem bruta caixa consolidada, que alcançou R$ 1 bilhão no trimestre. O avanço foi sustentado pelo desempenho positivo das duas verticais de negócios: Distribuição e Geração & Comercialização.

Na Distribuição, a margem caixa cresceu 5,6% em relação a igual período de 2025. O resultado foi impulsionado pela expansão de 4,2% do mercado, favorecida pelas temperaturas mais elevadas; pelo reajuste de 1,28% da Parcela B, em março de 2026; e pelo aumento da demanda contratada de clientes do Grupo A, como data centers.

Já no segmento de Geração & Comercialização, a margem caixa avançou 14% na comparação anual. Segundo a companhia, o desempenho refletiu a melhora da margem de geração, favorecida pelo aumento de 2,2% no volume de energia gerada e pela elevação do GSF (risco hidrológico), além do menor Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

CLIMA

Defesa Civil tem plano de contingência para enfrentar El Niño no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio (Sedec-RJ) lançou, ontem, o Plano de Contingência Estadual de Chuvas Intensas (Plancon) 2026/2027. O documento reúne diretrizes para orientar a preparação e a atuação dos órgãos estaduais durante o período de chuvas intensas e os impactos que podem ser provocados pelo fenômeno El Niño.

O plano amplia de cinco para seis os níveis de classificação para indicar a gravidade e a proximidade de possíveis impactos de eventos climáticos.

A nova escala começa no nível zero de vigilância, que representa uma situação de rotina, sem previsão de eventos climáticos. Em seguida, estão os níveis 1 (baixo), 2 (moderado), 3 (alto), 4 (severo) e 5 (extremo). A classificação considera a possibilidade de fenômenos climáticos e o tempo previsto para que seus efeitos atinjam a população.

No nível 1, há possibilidade de ocorrência de um evento, mas sem risco iminente. O nível 2 corresponde à previsão de impactos localizados. Já o nível 3 indica risco previsto com mais de duas horas de antecedência. No nível 4, os impactos podem ocorrer em até duas horas. O último estágio, nível 5, é utilizado quando o evento já está em andamento.

O plano também apresenta o Guia de Enfrentamento ao Calor Extremo, que reúne orientações e instrumentos para apoiar a preparação e a resposta dos órgãos públicos diante de períodos de temperaturas elevadas.

"Estamos aprimorando nosso planejamento para enfrentar os desafios do próximo período de chuvas intensas, com atenção especial aos possíveis impactos do El Niño", disse o secretário de Defesa Civil e comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Tarciso Salles.

Segundo ele, o novo Plano de Contingência reúne orientações mais objetivas, atualiza protocolos de alerta e fortalece a integração entre os órgãos estaduais. "Nosso compromisso é antecipar riscos, qualificar a resposta e proteger a população fluminense", acrescentou.

ESPECIAL

Profissões de tecnologia crescem mais de 700%

no Brasil e transformam mercado de trabalho

PEXELS



POR REDAÇÃO

O avanço da digitalização e a adoção de tecnologias pelas empresas estão modificando o mercado de trabalho brasileiro, com crescimento de vagas em áreas ligadas à computação, desenvolvimento de sistemas e tecnologia da informação. Um levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), elaborado com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, identificou que determinadas profissões registraram expansão superior a 700% entre 2012 e 2022, enquanto ocupações administrativas e de atendimento perderam postos de trabalho no mesmo período.

Segundo o estudo, realizado a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o número de vínculos empregatícios em um grupo de 30 profissões em expansão passou de aproximadamente 445 mil para 868,1 mil em dez anos, crescimento de 95%. Entre os destaques está a ocupação de engenheiro de sistemas operacionais em computação, que apresentou aumento de 741,2%. Também avançaram as funções de pesquisador em ciências da computação e informática, com alta de 579,3%, e tecnólogo em gestão de tecnologia da informação, com 450,7%.

Em números absolutos, a ocupação de analista de desenvolvimento de sistemas apresentou acréscimo de 117 mil vínculos, seguida pela de programador de sistemas de informação, com mais 72,3 mil. Os resultados refletem mudanças na demanda por profissionais, impulsionadas pela incorporação de ferramentas digitais aos processos produtivos.

O movimento também ocorre em um contexto de expansão do emprego formal. Dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) mostram que o Brasil criou aproximadamente 1,28 milhão de postos com carteira assinada em 2025, dos quais 758,3 mil foram registrados no setor de serviços. Esses números abrangem diferentes atividades econômicas, não apenas tecnologia.

Tecnologia amplia oportunidades, mas exige qualificação profissional

A transformação das ocupações também provoca redução de empregos em determinadas funções. O levantamento da FecomercioSP identificou perda de aproximadamente 1,3 milhão de vínculos em outro conjunto de 30 profissões, incluindo atividades administrativas, comerciais e financeiras. Entre as maiores quedas estão auxiliar de escritório, com redução de 390,1 mil postos, e vendedor do comércio varejista, com 278,1 mil vínculos a menos.

Para Jaime Vasconcellos, assessor da FecomercioSP, a continuidade dessas mudanças depende da capacidade de empresas, consumidores e trabalhadores incorporarem tecnologias. Segundo o especialista, o processo também está relacionado às condições econômicas e regulatórias que permitem investimentos em inovação.

Um relatório divulgado em agosto de 2026 pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) aponta que o país reúne aproximadamente 943 mil trabalhadores com carteira assinada em ocupações de tecnologia. Desse total, 62,5% estão concentrados no Sudeste. O estudo também identificou que analistas de desenvolvimento de sistemas recebem, em média, R$ 8.337 mensais.

"Esse movimento reflete a aceleração da transformação digital, que ampliou a demanda por profissionais de TIC, valorizou salários e favoreceu a interiorização das oportunidades", afirma Roberta Piozzi, diretora de Parcerias e Projetos em Educação da Brasscom.

Apesar da concentração regional, o levantamento identificou crescimento dos empregos em tecnologia entre 2023 e 2025 no Norte (5,4%), Nordeste (3,8%) e Centro-Oeste (3,2%), acima do registrado no Sudeste (2%).

O cenário aponta para mudanças na distribuição das oportunidades e nas competências exigidas pelas empresas. A expansão da inteligência artificial, da computação em nuvem e da segurança digital tende a influenciar as contratações, enquanto a qualificação profissional passa a integrar as estratégias de trabalhadores e empregadores diante da transformação das atividades econômicas.

INEA

Praias vão ter boletins de balneabilidade duas vezes por semana

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea), passa, a partir de agora, a divulgar duas vezes por semana os boletins de balneabilidade das praias das zonas sul e sudoeste da capital.

A partir desta semana, as atualizações, que antes eram realizadas semanalmente, serão publicadas às terças e sextas-feiras. A mudança reforça o monitoramento da qualidade da água e amplia o acesso dos banhistas a informações atualizadas, especialmente durante a alta temporada e os períodos de chuvas intensas.

A medida considera os impactos das chuvas sobre a qualidade da água do mar. Em outubro, a cidade do Rio de Janeiro registrou o mês mais chuvoso desde o início da série histórica do Alerta Rio, em 1997. Durante os temporais, o escoamento da água pelas ruas e sistemas de drenagem pode levar lixo, esgoto e outros resíduos até o mar, provocando alterações na balneabilidade. Em trechos próximos à foz de rios e à saída de galerias de águas pluviais, a qualidade da água pode ser mais afetada.

Com a chegada dos dias mais quentes e do período de férias, quando aumenta a circulação de moradores e turistas nas praias, o acesso a esses dados ganha ainda mais importância. O Instituto recomenda evitar o banho de mar nas primeiras 24 horas após chuvas fortes, principalmente nas proximidades de galerias de águas pluviais, canais de drenagem e foz de rios. Também é importante respeitar a classificação dos trechos considerados impróprios, que podem apresentar concentrações elevadas de bactérias e outros microrganismos capazes de causar problemas de saúde.

Atualmente, o trabalho abrange 291 pontos de amostragem em 201 praias de 22 municípios. Os resultados são disponibilizados nos boletins de Balneabilidade das Praias, que orientam a população sobre a qualidade da água do mar para banho.

COVID-19

Fiocruz: aumentam casos de síndrome respiratória aguda

Os casos confirmados de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por Covid-19 tiveram alta no país no início de novembro, informou ontem a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Boletim Infogripe.

A Fiocruz ressalta, entretanto, que o número de casos graves por Covid-19 permanece em níveis baixos.

Nas últimas quatro semanas, 11,5% das hospitalizações e 26,9% das mortes por SRAG viral foram causadas pelo coronavírus Sars-CoV-2, causador da doença.

O boletim foi atualizado com os dados de 1º a 7 novembro que foram inseridos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) até o último sábado.

Apesar do aumento das confirmações de covid-19, os casos de SRAG, de forma geral, apresentam tendência de queda no país.

VACINAÇÃO

A pesquisadora Tatiana Portella, da Fiocruz, avalia que a situação não é preocupante, mas deve servir como um lembrete para a população se vacinar.

COP31

Lula: nenhum país tem mais autoridade para falar de clima que Brasil

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que nenhum país tem mais autoridade que o Brasil para tratar de questões climáticas e ambientais. A declaração foi feita em encontro com a sociedade civil durante a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31).

"Ninguém no planeta Terra, nenhum país tem mais autoridade que o Brasil em se tratando do clima e da questão ambiental. Chegamos aqui com vários mapas do caminho prontos. Pra mostrar que nós não estamos brincando", destacou. O presidente destacou que o compromisso brasileiro com o desmatamento zero não foi feito com o mundo, mas "com a nossa consciência".

No encontro, Lula disse ainda que brasileiros não precisam mais participar de encontros sobre clima e meio ambiente "de cabeça baixa".

"Vocês têm que andar de cabeça erguida porque o Brasil vai se tornar um país mais sério nessa questão da defesa do meio ambiente. Quero ver os presidentes dos países ricos, o [Donald] Trump, o (Emmanuel) Macron, a Alemanha, a França, Portugal, todos os países que ditavam regra pra nós, quero vê-los participar."

Ao tratar especificamente do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), o presidente reforçou que não se trata de "pedir esmola". "A gente não está pedindo esmola. Agora, a gente quer que vocês contribuam, façam investimento. Vocês vão ganhar dinheiro. E uma parte desse dinheiro vai ser dado aos países que têm floresta e podem cuidar dela com muita autoridade", concluiu.

SOCIEDADE CIVIL

Ainda durante a reunião, Marcele Oliveira, representante da juventude na COP30, realizada em Belém em 2025, pediu prioridade política para compromissos climáticos e a participação remunerada de jovens na implementação de projetos, "sabendo que o nosso protagonismo vai ser respeitado".

"Justiça climática, pra mim, tem a nossa cara. A cara de jovens que se levantam por direitos humanos, por liberdade, por respeito, por direito a um ecossistema climático equilibrado e por ação climática já. São jovens que fazem muito mais do que vir à COP."

Josi Kaingang, representante dos povos indígenas, defendeu a presença de representantes dos povos originários nas próximas edições da COP, a demarcação de territórios e o financiamento climático direto a comunidades indígenas. "Não se faz proteção e gestão ambiental sem aqueles que mais protegem a natureza e a mãe terra".

"O mundo começa agora a descobrir o que nós dizemos há muito tempo: demarcar e proteger terras indígenas é uma das medidas mais eficientes para conter a crise climática. Não podemos falar em conter crise climática se a gente não investir em demarcação e desintrusão. Onde há território indígena, há floresta em pé, há água, há biodiversidade e há futuro."

Belém

COP30 fortaleceu multilateralismo, diz Corrêa do Lago

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), André Corrêa do Lago, disse que uma das grandes conquistas da conferência de Belém foi o fortalecimento do multilateralismo na agenda climática. Como exemplo, ele citou o fato de nenhum outro país ter anunciado ou efetivado saída do Acordo de Paris após a retirada dos Estados Unidos (EUA).

A declaração foi durante coletiva de imprensa ontem, em Antalya, na Turquia. A cidade é a sede da COP31.

"Como vocês se lembram, houve um fortalecimento do multilateralismo que considero indiscutível. Depois da saída dos Estados Unidos, nenhum outro país deixou o Acordo de Paris. Da mesma forma, ninguém pediu para sair da Convenção do Clima após o anúncio feito pelos americanos", afirmou referindo-se ao único país a deixar o acordo.

Principal pacto climático do mundo, o Acordo de Paris estabelece metas nacionais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e conter o aquecimento global.

POSIÇÃO DOS EUA

Os Estados Unidos aderiram ao Acordo de Paris em 2016, durante o governo do então presidente Barack Obama.

Em junho de 2017, o presidente Donald Trump anunciou a intenção de retirar o país do pacto climático internacional. Como o tratado prevê prazo mínimo de permanência e um processo formal de desligamento, a saída só entrou em vigor em 4 de novembro de 2020.

Poucos meses depois, em seu primeiro dia de mandato, o presidente Joe Biden assinou o retorno dos EUA ao tratado. O país voltou oficialmente a integrar o grupo em fevereiro de 2021.

Após retornar à Casa Branca em janeiro de 2025, Trump determinou uma nova retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, iniciando outro processo formal de desligamento.

A segunda retirada tornou-se efetiva em 27 de janeiro de 2026, deixando novamente o país fora do principal acordo internacional de combate às mudanças climáticas.

CRÍTICAS DA ONU

Em janeiro deste ano, o secretário-executivo da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), Simon Stiell, classificou a decisão do governo dos Estados Unidos de deixar os principais mecanismos multilaterais de governança climática como um "gol contra".

Segundo ele, o afastamento da cooperação climática internacional pode prejudicar a economia, os empregos e o padrão de vida dos estadunidenses, além de tornar o país "menos seguro e menos próspero".

"Enquanto todas as outras nações avançam juntas, esse novo retrocesso em relação à liderança global, à cooperação climática e à ciência só pode prejudicar a economia, os empregos e o padrão de vida dos EUA, à medida que incêndios florestais, enchentes, mega tempestades e secas pioram rapidamente.

Ministérios

Congresso aprova 24 projetos com crédito suplementar

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

WESLEY AMARAL/CÂMARA DOS DEPUTADOS



O Congresso Nacional aprovou, ontem, 24 projetos de lei do Congresso (PLNs) com abertura de crédito suplementar ou adicional no total de R$152,4 bilhões para diversos ministérios da Esplanada, agências reguladoras, tribunais da Justiça e empresas públicas. Os textos agora seguem para sanção presidencial.

O maior valor foi o do PLN 23 de 2026, que destinou R$ 149,4 bilhões em favor dos Ministérios da Previdência e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com objetivo de garantir recursos de programas como Bolsa Família e do Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

O vice-líder do governo na Câmara, deputado Rogério Corrêa (PT-MG) (**foto**), defendeu a aprovação dos 24 PLNs argumentando que os textos permitem manter os programas e políticas do país.

"Vão possibilitar que continue aquilo que foi o resultado da vitória eleitoral do presidente Lula, que são os programas sociais no Brasil. Essa vitória nos possibilitou que, ao invés de um 'tesouraço' que cortasse programas sociais, nós ampliássemos esses programas", justificou.

Entre as medidas aprovadas, está ainda a abertura de crédito de R$ 13 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia; R$ 34 milhões para o Ministério da Fazenda, assim como R$ 543 milhões para os Ministérios da Justiça e Segurança Pública e de Minas e Energia.

Outro PLN aprovado abriu créditos de R$ 56 milhões em favor da Justiça Federal, do Trabalho e do Ministério Público da União. Outro PLN destinou R$ 130 milhões ao Ministério da Educação, e da Justiça e Segurança Pública e dos Transportes.

A abertura dos créditos foi criticada, principalmente, por parlamentares do Novo, que alegaram que as mudanças no orçamento e os valores aprovados seriam "absurdos".

"Está sendo feita a discussão em bloco de 25 projetos importantes de valores astronômicos. A aprovação que foi feita com um orçamento aprovado que não vale nada porque pode ser aprovado e num momento posterior, e muito posterior, um valor suplementar", reclamou.

O vice-líder do bloco do Centrão na Câmara, deputado HIldo Rocha (MDB-MA), rebateu as críticas da oposição, lembrando que o orçamento é dinâmico e pode ser alterado ao longo do ano.

"Tem recursos para enfrentar a criminalidade, para consertar rodovias federais. O que acontece é que, às vezes, tira recursos de um lado, que não vai ser gasto, e bota para outro. A maior parte é isso que nós estamos fazendo na data de hoje. E ao longo do ano o orçamento vai se modificando porque as necessidades vão se alterando. O orçamento não é estático", justificou.

Entre os PLNs aprovados, teve ainda o que destinou R$ 34,9 milhões ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); e outro com R$ 488,1 milhões para reforçar o orçamento dos encargos financeiros da União.

ELETRONUCLEAR

A pedido da oposição, foi votado em separado o PLN 25, que foi aprovado e destina R$ 290 milhões para a empresa Eletronuclear dar seguimento às obras e a compra de equipamentos da usina nuclear de Angra III.

Nesse caso, PL e Novo votaram contrários a destinação desses recursos para empresa pública.

"Não faz sentido antecipar um gasto para este ano, já que estamos no final, no valor de 290 milhões de reais num Governo que se diz preocupado com o quanto vai ter de déficit, sendo que o ideal é que nós tivéssemos superávit primário, saneamento de contas", disse o líder do Novo, Gilson Marques (Novo-SC).

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), rebateu que a obra parada custa, por ano, R$ 1 bilhão aos cofres públicos.

"Temos que pensar nas pessoas mais pobres. Temos que pensar, por exemplo, que essa obra concluída abastecerá 4,5 milhões de residências. Isso significa algo em torno de 20 milhões de brasileiros a mais que vão poder ter energia elétrica em casa", destacou.

O PLN com recursos para Eletronuclear foi aprovado na Câmara por 261 votos favoráveis e 155 contrários. No Senado, o texto desse PLN foi aprovado por votação simbólica.

São Paulo

MP pede investigação de contratos de R$ 21 mi da Virada Esportiva

GIOVANNA MASSARO/AE

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP), pediu que a Polícia Civil do estado inicie uma investigação sobre os contratos da Virada Esportiva da cidade de São Paulo de 2026. A apuração foi determinada após denúncia do próprio vice prefeito da cidade, Ricardo Augusto de Mello Araújo (PL-SP). No total, a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) assinou termos de parceria e fomento com 23 empresas no valor de R$ 21,2 milhões.

Na denúncia enviada ao MP, o vice-prefeito relatou possíveis crimes e irregularidades na contratação e nas parcerias firmadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da cidade, com organizações da sociedade civil (OSCs) na produção da virada esportiva.

Segundo ele, parte das atividades contratadas não foram realizadas. Entre elas, seis eventos que estavam previstos. Existe também a suspeita de superfaturamento na contratação de organizações sociais.

O MP determinou um prazo de 10 dias para que a secretária municipal de esportes e lazer, Érika Kelly Coimbra, envie aos investigadores as cópias integrais de todos os editais de chamamento público, junto com todos os documentos vinculados à seleção das organizações da sociedade civil, aos pagamentos, assim como os contratos e convênios firmados.

No final de 2025, Mello Araújo recebeu uma denúncia anônima em seu gabinete, afirmando que a edição do evento naquele ano tinha irregularidades. O vice-prefeito iniciou, então, uma apuração para verificar a denúncia.

Além de buscar a documentação das contratações e parcerias, Mello Araújo afirmou que realizou diligências nos endereços de 15 organizações parceiras, abrangendo todas aquelas com ajustes de valor superior a R$1 milhão. Entre as organizações, estava a responsável pelo gerenciamento do evento.

A denúncia do vice-prefeito afirma que as sedes de 12 destas entidades não foram localizadas nos locais informados à administração municipal. Nestes lugares, foram encontrados imóveis residenciais, espaços fechados ou disponíveis para aluguel, escritórios compartilhados, oficina de funilaria e pintura, centro espírita, templo budista e um ginásio esportivo municipal. Em diversos casos, as pessoas que estavam no local disseram que não conheciam as organizações.

Ele afirma que estes fatos levam à dúvidas sobre a documentação apresentada à prefeitura e à capacidade destas organizações de exercer os serviços para os quais foram contratados.

Na última quarta-feira, o prefeito Ricardo Nunes afirmou que vai investigar as denúncias feitas pelo vice, mas que pediria 'cautela' a ele.

O diretório municipal do PL, partido de Mello Araújo, divulgou uma nota de apoio a Nunes. "Desde seus mandatos como vereador, Ricardo Nunes tem exercido a vida pública com seriedade, transparência e compromisso com a população paulistana. Até o momento, as informações divulgadas sobre o episódio não trazem elementos que desabonem sua conduta no exercício do cargo de prefeito", afirma o texto.

O partido também citou a secretária de esporte: "Reconhecemos a trajetória da secretária municipal de Esportes e Lazer, Erika Coimbra, medalhista olímpica com uma história de dedicação ao esporte brasileiro".

Nota

ZANIN NEGA PEDIDO DE SEGUNDO TURNO NO RIO

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem pedido do PSD para realização de segundo turno no Rio de Janeiro, onde Douglas Ruas (PL) foi eleito. A legenda concorreu com o prefeito da capital, Eduardo Paes, e pediu a anulação de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que considerou nulos os votos em Anthony Garotinho (Republicanos), cujo registro foi indeferido. Na decisão, o magistrado considerou que o partido utilizou equivocadamente a ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) no STF antes de esgotar todos os recursos no âmbito da Justiça Eleitoral. "A arguição de descumprimento de preceito fundamental, contudo, não constitui sucedâneo de recurso nem instrumento destinado à revisão de pronunciamentos jurisdicionais concretos", diz. A decisão negou a urgência das medidas liminares, mas ainda não houve julgamento sobre o mérito do pedido. O advogado do PSD, Thiago Boverio, avalia esclarecer com Zanin que a sigla não é parte nas ações sobre o tema em trâmite na Justiça Eleitoral. A coligação de Paes é que atua nesses processos. Também defende que a ADPF é o instrumento constitucional específico para deliberar sobre a necessidade de segundo turno quando não há decisão da maioria absoluta dos eleitores em primeiro turno. Garotinho tinha condenação por improbidade administrativa que lhe penalizou com oito anos de inelegibilidade, mas decidiu fazer campanha sob judice. Na véspera do primeiro turno, o ministro do TSE Floriano Marques de Azevedo determinou que os votos em Garotinho fossem considerados nulos, já que não havia mais tempo hábil para retirar seu nome das urnas.

Transição

Dino mantém prazo inicial da 5x2, mas flexibiliza regra

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem uma liminar (decisão provisória) para permitir jornadas de trabalho superiores a 8h diárias durante a fase de transição da escala 5x2, que prevê a jornada semanal de 42 horas semanais pelo prazo de um ano.

O ministro também manteve o início da vigência da escala 5x2 para o dia 16 de dezembro, conforme previsto na Emenda Constitucional que acabou com a escala 6x1 no país.

Com a decisão, os empregadores estão autorizados a distribuir as 42h semanais, durante o período de um ano de transição, entre os cinco dias de trabalho da escala 5x2, o que resultada em jornadas diárias de até 8h24. Dessa maneira, os 24 minutos extra jornada diários não darão direito ao recebimento de hora extra.

"Durante a etapa intermediária - isto é, até 15 de dezembro de 2027 -, a distribuição das 42 horas semanais em cinco jornadas diárias de até 8 horas e 24 minutos, sem incidência do adicional de horas extraordinárias (quanto aos 24 minutos mencionados)", escreveu o ministro.

Ele acrescentou que "com isso, compatibilizam-se as duas decisões do Congresso Nacional, mesmo que se frustre a negociação coletiva. Ou seja, em 16 de dezembro de 2026, será aplicada a jornada semanal de 42 horas, com dois dias de repouso remunerado".

Dino buscou atender aos anseios das confederações que representam empregadores de diversas categorias. Em audiência de conciliação nesta semana, representantes patronais expressaram o receio de não ter tempo hábil para negociar acordos coletivos de trabalho que permitissem a adoção da jornada semanal intermediária de 42h, obrigando-os então a adotar diretamente a escala de 40h.

Ainda na audiência, Dino buscou tranquilizar as confederações patronais, afirmando não haver possibilidade de que a escala semanal intermediária de 42h não fosse permitida, uma vez que a etapa de transição foi determinada pelo Congresso Nacional, numa decisão política incontornável.

O ministro, contudo, negou o adiamento da entrada em vigência da escala 5x2, um pedido que havia sido feito formalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que representam o grosso dos empregadores nacionais.

As confederações alegam que o prazo de 60 dias dado pela Emenda Constitucional seria exíguo para adequar a jornada de trabalho e alcançar acordo em convenções coletivas de diversas categorias mais complexas.

Setores da indústria, por exemplo, alegam ser necessário treinamento de novos funcionários para que as linhas de produção não acabem tendo o tempo de funcionamento reduzido.

Presente na audiência, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou ser "plenamente possível negociar", e que "as federações [sindicais], os sindicatos patronais, estão seguindo sua vida". Ele opinou pela desnecessidade de intervenção do Judiciário na implementação da escala 5x2 nos prazos estipulados pelo Congresso.

FLEXIBILIZAÇÃO

Por meio da liminar, Dino também autorizou a modulação (flexibilização) do artigo da Emenda Constitucional que permite, em casos excepcionais, a escala 6x1, contanto que a segunda folga semanal seja compensada ainda no mesmo mês da semana em que foi suprimida.

Pela regra aprovada pelo Congresso, caso não seja possível ao trabalhador gozar das duas folgas semanais na mesma semana, somente uma delas pode ser flexibilizada, podendo ser usufruída em outro dia do mesmo mês-calendário.

O ministro afirmou ter havido consenso na audiência de conciliação de que tais travas - compensação no mesmo mês e ao menos uma das folgas na própria semana - poderiam inviabilizar a operação de diversos setores econômicos.

Como exemplo, ele citou: as altas sazonais de demanda no comércio e serviços; atividades agrícolas, condicionadas aos ciclos de plantio e colheita; setores de turismo e hotelaria, marcados por períodos de alta temporada; e atividades desenvolvidas em embarcações e plataformas marítimas, nas quais as escalas de trabalho e repouso dependem de condições operacionais específicas.

Nessas situações, as negociações coletivas podem estipular prazos mais longos para compensação das folgas, sem considerar as travas de compensação semanal e no mesmo mês-calendário.

"Tais limites podem ser modulados por acordo ou convenção coletiva de trabalho, desde que preservada a integralidade do direito aos 2 (dois) repousos semanais remunerados, admitindo-se o diferimento de sua fruição", escreveu Dino.

APELOS AO CONGRESSO

Em sua decisão, Dino reconheceu alguns impasses trazidos na audiência de conciliação, mas em vez de impor regras, optou por fazer um apelo ao Congresso para que regule pontos obscuros resultantes da emenda.

Um desses pontos diz respeito às jornadas de trabalho diferenciadas, que por diferentes motivos são adotadas por diversas categorias, por força de lei. É o caso, por exemplo, dos atendentes de telemarketing e dos jornalistas, que possuem jornadas diárias máximas de 6h e 5h, respectivamente.

Nesses casos, escreveu Dino, o Congresso deve aprovar uma nova legislação, uma vez que "a diversidade das atividades econômicas, especialmente aquelas submetidas a condições operacionais peculiares, exigirem disciplina normativa que compatibilize a redução da jornada e a ampliação dos repousos semanais com as especificidades de sua organização produtiva".

O mesmo ocorre no caso do tratamento favorecido que deve ser dado às micro e pequenas empresas, uma obrigação prevista na Constituição. O ministro afirmou que o Congresso Nacional deve aprovar leis para permitir regimes mais brandos de implementação da escala 5x2, embora não caiba ao STF interferir.

"Falo, por exemplo, do vasto conjunto - visível sobretudo nos bairros populares - de proprietários de pequenas padarias, lojas de confecção e utensílios do lar, mercadinhos e quitandas, restaurantes de bairro, oficinas de manutenção, entre outros estabelecimentos semelhantes", elencou o ministro.

Unanimidade

STF derruba imunidade para punir violência patrimonial contra mulheres

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem suspender a regra que impede punição de homens que cometem crimes patrimoniais contra mulheres no contexto de violência doméstica e familiar. A imunidade vigorava desde 1940.

Antes da decisão do Supremo, o cônjuge que cometia furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato e fraude contra bens e recursos financeiros da esposa ficava isento de punição. A regra estava prevista validade do Artigo 181, do Código Penal.

O julgamento começou na quarta-feira, quando o relator, ministro Dias Toffoli, entendeu que a imunidade, conhecida tecnicamente como escusa absolutória, não foi recepcionada pela Constituição de 1988 nem está de acordo com normas internacionais de proteção à mulher.

Na sessão de ontem, os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Nunes Marques, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e o presidente, Edson Fachin, acompanharam o relator.

A ministra Cármen Lúcia, única mulher na Corte, relatou que a violência patrimonial faz parte do dia a dia das mulheres.

"Isso não é um fato do passado, é um dado de hoje, também não é um dado de um determinado grupo de mulheres. Não é incomum servidoras públicas contarem para a gente que entregam integralmente sua remuneração, seus ganhos, para evitar problemas", disse.

Moraes ressaltou que o Código Penal de 1940 repetiu a regra de imunidade que passou a vigorar nas Ordenações Portuguesas, conjunto de leis penais do Código Criminal do Império, instituído em 1830.

"Por que existia essa isenção de pena? Para proteger o homem, aquele que tinha o pátrio poder", afirmou.

ENTENDA

O caso chegou ao Supremo por meio de duas ações protocoladas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e o Partido Verde. Ambos defenderam a suspensão da imunidade.

Durante a abertura do julgamento, o advogado Aristides Junqueira, representante da Conamp, disse que regra protegia a constância do casamento, mas não levou em conta os diversos tipos de violência contra a mulher.

"Na época, vigia o vínculo matrimonial indissolúvel, não havia divórcio, que só veio depois, em 1977, com a Lei de Divórcio", afirmou.

A Advocacia-Geral da União (AGU) também se manifestou favoravelmente ao fim da imunidade. A secretária-geral de Contencioso, Isadora Cartaxo, disse que as escusas absolutórias não estão de acordo com a Constituição de 1988.

"Tais regras, talvez parecessem justificáveis na época de sua concepção, mas atualmente estão em completa e absoluta dissonância com os princípios constitucionais da Carta de 1988. Trata-se de ofensa clara e direta à dignidade de pessoa humana, a igualdade entre homens e mulheres, a igualdade conjugal", completou.

Falso Mérito

Operação mira suspeitos de fraudar concurso de 2025 da Polícia Federal

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A Polícia Federal deflagrou ontem uma operação contra supostas fraudes no concurso realizado pela própria corporação em 2025.

Chamada de Operação Falso Mérito, a ação apura também possíveis crimes de associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Segundo a PF, seis pessoas estão entre os alvos de medidas judiciais autorizadas pela 3ª Vara Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, incluindo três mandados de prisão temporária.

Oito mandados de busca e apreensão foram cumpridos no Paraná, em Santa Catarina e no Distrito Federal. Além disso, foram determinadas medidas cautelares com o objetivo de "impedir que eventuais vantagens obtidas de forma ilícita produzam efeitos funcionais".

Um investigado foi desligado do curso de formação profissional da corporação, realizado na Academia Nacional de Polícia, e outro foi impedido de tomar posse no cargo de escrivão.

"No âmbito patrimonial, foram determinadas medidas assecuratórias, incluindo o sequestro de um veículo de alto valor e de um imóvel, além do bloqueio de até R$ 1,72 milhão em ativos financeiros", informou a PF.

Possíveis fraudes contra o concurso de 2025 da Polícia Federal já tinham sido investigadas pelo Ministério Público Federal (MPF), que apresentou denúncia, neste ano, contra dez pessoas.

Itajaí

Professora é demitida de escola em SC após foto em apoio a Lula

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

Uma professora foi demitida, nesta semana, do Colégio Unificado, na cidade de Itajaí (SC), após a postagem de uma foto em que ela e outros funcionários faziam o gesto do "L" com as mãos em apoio ao presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva.

O Sindicato dos Professores de Blumenau e Região (Sinpabre) manifestou repúdio à decisão da escola particular tanto em relação à demissão como a denúncias de perseguição política contra outros professores que receberam advertências disciplinares pela manifestação de preferência política durante uma confraternização.

"A fotografia foi posteriormente publicada em uma rede social pessoal, sem identificação visual da escola", argumentou o sindicato.

De acordo com a entidade, esse não foi um episódio isolado, já que "multiplicam-se denúncias de trabalhadores ameaçados, constrangidos e dispensados em razão de suas convicções políticas".

"INADMISSÍVEL"

Para os representantes da categoria, é inadmissível que as profissionais sejam punidas por essa motivação.

"A liberdade de pensamento, de expressão e de manifestação política é uma conquista histórica da classe trabalhadora e um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal".

O sindicato pondera que a liberdade não pode ser suprimida por regulamentos internos, pressões de famílias ou pelo posicionamento ideológico de mantenedores de instituições de ensino.

"A escola, que deveria ser espaço de formação crítica, pluralidade e respeito às diferenças, não pode reproduzir práticas autoritárias de silenciamento e intimidação", destacou em nota.

O sindicato considerou grave que essas medidas tenham sido adotadas em razão de uma fotografia registrada em ambiente de confraternização, sem prejuízo às atividades pedagógicas ou utilização da sala de aula para imposição de posicionamentos partidários.

"A demissão de uma professora imediatamente após os acontecimentos também exige rigorosa apuração, especialmente diante da possibilidade de que a dispensa tenha relação com sua manifestação política".

"PROVIDÊNCIAS"

Por outro lado, os diretores da escola, Alexandre Kleis e Castelo Gazzoni, justificaram a demissão e as punições em um vídeo postado nas redes sociais.

"Um pequeno grupo de colaboradores, em determinado momento, deixou-se fotografar em uma manifestação de natureza política", disse Kleis.

Gazzoni acrescentou que, no Regimento Escolar, haveria um artigo que estabeleceria que os funcionários devem se omitir de manifestar preferências político-partidárias.

"Tendo em vista que essa atitude configurou desrespeito ao regulamento, foram tomadas as medidas cabíveis".

DENÚNCIAS

Para o sindicato, trata-se de um caso de assédio eleitoral. As denúncias desse tipo de violação se multiplicaram desde o resultado do segundo turno, (dia 25 de outubro). O Ministério Público do Trabalho contabilizou até aquela data um total de 1.937 casos. Desde então, esse número subiu para 5.637 (dados desta quinta-feira, 12), um aumento de 3,7 mil casos.

Pelos dados do governo federal, até o último dia 4, o governo já havia recebido mais de sete mil denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, mencionou, inclusive, no dia 28, que o governo poderia criar uma "lista suja" de empresas que cometerem esse tipo de violação e estariam sujeitas a sofrer sanções para obtenção de créditos públicos.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) garantiram que empresas que façam pressões ou demissões por conta de opiniões políticas, serão punidas com o "rigor da lei".

Já foi decidido

Alcolumbre nega pedido de leitura da CPMI do Master

GIOVANNA MASSARO/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), negou o pedido de leitura do requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master. Ele afirmou, na sessão plenária ontem que a decisão de não abrir uma CPMI já havia sido tomada anteriormente, citando a resposta dada por ele em abril. O senador também disse que a escolha cabe à presidência do Senado, ou seja, a ele próprio.

Alcolumbre afirmou que as investigações já são feitas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal (PF) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente do Senado se pronunciou sobre o tema após o senador Marcel van Hattem (Novo-RS), da oposição ao governo no Congresso, cobrar a leitura do requerimento da CPMI na sessão plenária. Van Hattem citou o pedido protocolado em fevereiro deste ano pelo deputado federal e senador eleito Carlos Jordy (PL-RJ), que contou com a assinatura de 42 senadores e 238 deputados federais.

O senador afirmou que Alcolumbre disse anteriormente "que não instalaria a CPMI porque não deixaria que uma investigação pudesse estar sujeita aos humores do período eleitoral, das campanhas partidárias e dos candidatos". E pediu que o requerimento fosse lido, uma vez que o período já passou "não há mais motivos eleitorais para que a CPMI não aconteça".

Depois, Van Hattem apresentou um recurso contra a decisão, dizendo que a mesma foi tomada de forma ilegal, e que em todos os precedentes de outras CPMIs instaladas pela Casa, as aberturas foram feitas de maneira imediata. O senador também citou o artigo 37 da Constituição, que determina regras gerais que devem ser seguidas pela administração pública.

Em resposta, Alcolumbre afirmou: "em relação ao recurso, por se tratar de matéria constitucional, vou encaminhar à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)".

PARAGUAI

MP faz buscas na residência presidencial no caso Santiago Peña

O Ministério Público do Paraguai realizou ontem uma operação de busca e apreensão na residência presidencial, em Assunção, como parte da investigação sobre o colapso do Ueno Bank. O caso levou à destituição e à prisão preventiva do ex-presidente Santiago Peña, acusado de utilizar sua influência política para favorecer a instituição financeira.

A operação ocorreu após buscas em imóveis ligados ao ex-mandatário, de 47 anos, que responde a acusações de lesão de confiança e administração em proveito próprio. Segundo a Promotoria, a nova diligência integra as medidas de investigação conduzidas pela equipe responsável pelo processo contra Peña.

Também ontem, o Ministério Público prendeu Holger Insfrán, superintendente de Bancos do Banco Central do Paraguai (BCP). Ele foi detido durante uma operação de busca e apreensão em sua residência, em Assunção.

Insfrán era responsável pela supervisão das instituições financeiras do país. Ao jornal paraguaio *ABC Color*, o promotor Cristian Benítez afirmou que existem "elementos de suspeita em relação à conduta" do funcionário. A investigação busca esclarecer a atuação de autoridades responsáveis pela fiscalização do Ueno Bank antes da intervenção da instituição.

O caso também teve outro desdobramento nesta manhã. César Manuel Astigarraga Lambaré, considerado um dos principais colaboradores de Miguel Vázquez, ex-CEO do Ueno Bank, se apresentou ao Ministério Público e foi detido. Ele presidia a empresa de tecnologia ITTI, integrante do conglomerado empresarial ligado a Vázquez, e era procurado pela Justiça desde 5 de novembro.

O Banco Central paraguaio interveio no Ueno Bank em 3 de novembro, após identificar graves problemas de solvência. A medida impediu que milhões de clientes tivessem acesso imediato aos depósitos e provocou uma crise financeira e política no país, acompanhada de manifestações populares.

Peña é acusado de ter usado sua influência para beneficiar a instituição, no grupo controlador da qual manteve participação acionária até 2025. A suspeita é de que o ex-presidente tenha favorecido o direcionamento de recursos públicos e previdenciários ao banco, além de ocultar ou minimizar os problemas financeiros da instituição, mesmo após alertas sobre operações de crédito irregulares e riscos de insolvência.

De acordo com a investigação, o ex-mandatário também teria atuado para permitir a utilização de recursos públicos na instituição financeira. As autoridades buscam identificar o destino dos valores e apurar a responsabilidade de agentes públicos e dirigentes do banco.

A Justiça paraguaia conduz duas investigações paralelas relacionadas ao caso. Uma delas apura a atuação dos executivos e dirigentes do Ueno Bank, enquanto a outra envolve Peña e o ex-presidente do Banco Central Carlos Carvallo, que também está em prisão preventiva. Dez integrantes da direção da instituição financeira estão detidos.

Na segunda-feira, o Ministério Público já havia realizado uma operação de busca e apreensão na residência de Peña, em Assunção Na ocasião, os investigadores recolheram documentos, celulares, computadores e outros equipamentos eletrônicos, que serão analisados no decorrer da apuração.

Também foi realizada uma operação em uma casa de veraneio do ex-presidente, na cidade de San Bernardino. No imóvel, os investigadores encontraram uma estrutura de segurança semelhante a um cofre, protegida por mecanismos de acesso biométrico e chaves. Com informações fornecidas por Peña, os agentes conseguiram abrir, mas não encontraram dinheiro ou outros objetos no interior. Documentos, computadores e equipamentos do sistema de câmeras de segurança também foram apreendidos.

Segundo informações divulgadas pela Promotoria, as apurações começaram em 3 de novembro, após a comunicação de irregularidades relacionadas ao banco. Inicialmente, 27 pessoas foram incluídas na investigação. Com o avanço das diligências, os investigadores identificaram cerca de 37 empresas e 35 pessoas relacionadas ao caso.

A equipe também trabalha para rastrear recursos que possam ter sido transferidos para o exterior. O Ministério Público solicitou cooperação internacional para localizar e assegurar bens que eventualmente tenham sido adquiridos com dinheiro desviado. Entre os países procurados estão Estados Unidos, Luxemburgo e Argentina.

Peña permanece em prisão preventiva desde 6 de novembro, quando foi destituído pelo Senado paraguaio por meio de um processo de impeachment acelerado. O vice-presidente Pedro Alliana assumiu o comando do país e deverá concluir o mandato, previsto para terminar em 2028.

Em comunicado divulgado nesta quinta-feira, a Presidência afirmou que o governo de Alliana garante colaboração com as autoridades responsáveis pela investigação e respeito à independência do Ministério Público e do Poder Judiciário durante as operações na residência oficial.

Na quarta-feira, o Banco Central informou que havia avançado na devolução dos recursos aos clientes do Ueno Bank. A primeira etapa contemplou cerca de 1,8 milhão de contas, o equivalente a 97,66% do total, com aproximadamente US$ 643 milhões (cerca de R$ 3,56 bilhões) disponibilizados aos correntistas.

A restituição, no entanto, não representa a recuperação integral dos valores depositados. Entre os recursos ainda pendentes estão mais de US$ 500 milhões (aproximadamente R$ 2,78 bilhões) de fundos públicos de previdência, cujo destino também está sob investigação.

Nota

EUA: CINCO PESSOAS SÃO BALEADAS EM BAIRRO NOBRE DE WASHINGTON, PERTO DA CASA BRANCA

Cinco pessoas foram baleadas no início da manhã de ontem em um bairro badalado de Washington, D.C., a uma curta distância a pé da Casa Branca, informou a polícia, que mobilizou equipes para atender a ocorrências em vários locais.
O autor dos disparos ainda não havia sido capturado até a publicação desta matéria, e os locais exatos dos tiroteios permaneciam incertos, afirmou a porta-voz do Departamento de Polícia, Nicole Deaner. Os disparos foram registrados em Logan Circle, a cerca de 1,6 quilômetro ao norte da Casa Branca.
Nenhum outro detalhe estava disponível de imediato, segundo o policial Nathan Clarke. A polícia pediu que a população evitasse a área da altura do número 1500 da 15th Street, onde ficam uma academia VIDA Fitness, a Igreja Episcopal de St. Luke e edifícios residenciais, nas proximidades de um supermercado Whole Foods.

COVARDIA

Genocidas de Israel atacam hospital em Gaza e matam 6

Um ataque aéreo lançado por Israel atingiu o Hospital Nasser, em Khan Younis, na Faixa de Gaza, ontem. A ofensiva matou seis pessoas e deixou pelo menos outras doze feridas, segundo o Ministério da Saúde do território palestino. Um médico está entre os mortos.

As forças israelenses informaram que o alvo do bombardeio foi "um terrorista sênior do Hamas" e outros militantes do grupo.

O hospital é uma das poucas instalações médicas ainda em funcionamento em Gaza, cuja infraestrutura de saúde foi dizimada pela guerra. Israel acusa o Hamas e grupos aliados de usarem unidades de saúde como cobertura para atividades militares.

Um ataque anterior de Israel ao Hospital Nasser, em 2025, matou cinco jornalistas que utilizavam o local como ponto de encontro.

HOUTHIS ATACAM

Os Houthis, do Iêmen, confirmaram novos ataques com drones contra instalações da petrolífera saudita Aramco, em Riad, capital do Reino, descrevendo as ações como "séries de operações militares bem-sucedidas contra alvos estratégicos".

O porta-voz das Forças Armadas do Iêmen, brigadeiro-general Yahya Saree, anunciou em publicação no Telegram que, na primeira operação, as forças iemenitas atacaram a Aramco, concluindo a missão com sucesso ao atingir seu objetivo principal. Em outra ação, um drone teve como alvo um avião de carga militar no Aeroporto de Sharurah. Além disso, a Base Aérea de Khamis Mushait foi atingida por um míssil balístico, segundo ele.

Saree também destacou uma operação contra a Estação de Bombeamento nº 7, na linha Leste-Oeste, e a instalação petrolífera de Yanbu, ambas atingidas com precisão, segundo ele. Saree refutou as alegações sauditas de interceptação de mísseis, classificando-as como "mentiras" e "calúnias".

COP31

Em reunião com presidente do Irã, Lula defende abertura de Ormuz

ANDRÉ MARINHO
E PAULA FERREIRA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu, ontem, com o presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, no âmbito da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), em Antália, na Turquia.

Na reunião bilateral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu a livre navegação no Estreito de Ormuz, que tem enfrentado bloqueios iranianos em meio à guerra dos Estados Unidos com o país persa. Segundo comunicado, o petista manifestou preocupação com os efeitos do conflito sobre os preços globais dos combustíveis e alimentos.

Os dois líderes também discutiram os esforços de negociações mediadas por Catar e Paquistão. Lula exortou as partes a buscarem uma solução pacífica e defendeu o uso pacífico e para fins civis da energia nuclear.

Os presidentes trataram ainda da diversificação e ampliação do comércio bilateral, que somou US$ 3 bilhões em 2025. Lula também indicou interesse em ampliar as importações brasileiras de fertilizantes do Irã, de acordo com a nota.

EUA

ICE tem recorde de prisões de imigrantes e deportações

O Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE) informou ontem, que prendeu e deportou mais pessoas em um período recente de 12 meses do que em qualquer outro momento de seus 23 anos de existência.

Segundo o ICE, 483.200 pessoas foram deportadas no ano fiscal encerrado em 30 de setembro, um aumento de 9% em relação ao recorde anterior de 442.640 deportações, registrado no mesmo período do ano anterior, e de 78% em comparação com as 271.480 deportações de 2024, último ano do governo de Joe Biden.

O ICE também informou que 474.850 pessoas foram presas no período mais recente de 12 meses, aproximadamente o dobro das 239.890 prisões registradas no ano anterior e mais de quatro vezes o total de 113.430 prisões contabilizadas em 2024.

O órgão não divulgava números tão detalhados desde o retorno do presidente Donald Trump à Casa Branca, incluindo os dados referentes a 2025.

Os números apresentados em comunicado à imprensa não especificam quantas das pessoas presas ou deportadas tinham antecedentes criminais, informação que era divulgada por governos anteriores

"Graças à liderança do presidente Trump, o ICE recebeu liberdade para identificar e remover imigrantes em situação irregular, para que possamos salvar vidas americanas", afirmou o secretário de Segurança Interna, Markwayne Mullin.

O ICE informou ainda que realizou mais de 48 mil prisões em setembro, encerrando uma sequência de dois meses consecutivos de recordes, que chegou ao pico de 50.925 prisões em agosto.

ACIDENTE

Prédio desaba em Nova York, mata oito moradores e deixa 17 feridos

O marido de uma mulher grávida de seis meses se emocionou ao descobrir que ela havia sido resgatada com vida após o desabamento de um prédio de três andares no Brooklyn, em Nova York, na noite de quarta-feira.

O incidente ocorreu por volta das 16h no horário local (18h em Brasília), enquanto operários da construção civil realizavam escavações em um terreno vizinho. Pelo menos oito pessoas morreram e 17 ficaram feridas, entre elas sete crianças e três bombeiros.

Uma das feridas é uma mulher grávida. Segundo a emissora local *ABC7 New York*, o marido dela foi até o local após saber do desabamento. Ao chegar, ele tentou passar pelos policiais, mas foi conduzido a uma área de segurança mais afastada.

Durante as buscas, enquanto o homem tentava obter informações, uma repórter da emissora perguntou se a mulher dele estava dentro do prédio. "Ela está dentro do prédio. Ela está grávida", respondeu.

Por volta das 18h30, a mulher foi resgatada. "Ela está viva. Ela ainda está viva. Estou muito feliz, muito feliz", disse o homem a jornalistas, antes de começar a chorar e abraçar um amigo que estava ao seu lado.

A mulher foi imediatamente colocada em uma ambulância e levada para um hospital. Segundo a emissora, a identidade do casal não foi confirmada.

As equipes de resgate continuaram atuando no local ontem, em busca de outras possíveis vítimas. Ainda não há confirmação de quantas pessoas podem estar presas sob os escombros.

O prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, afirmou de estar "de coração partido" pelas mortes e pelos feridos. "Não há palavras para uma perda de tal magnitude. Meu coração está com as famílias e entes queridos daqueles que perdemos, aqueles que estão feridos e todos que estão de luto hoje", disse.

Mamdani também informou que a rua onde fica o prédio continua interditada e pediu que pessoas que tenham informações sobre possíveis desaparecidos entrem em contato com os serviços de emergência.

MALA ABANDONADA

Alerta de bomba interrompe trens no norte da França e afeta viagens

Uma denúncia de bagagem abandonada levou à suspensão da circulação de trens na estação de Calais-Fréthun, no norte da França, na manhã de ontem. A ocorrência mobilizou a polícia e afetou conexões ferroviárias nacionais e internacionais, entre elas a rota de alta velocidade que liga Londres a Paris, informou a agência Reuters.

A interrupção atingiu os dois sentidos da linha que passa pela estação. A Eurostar, operadora responsável pelos trajetos internacionais, registrou atrasos nas viagens com origem e destino na capital britânica. A empresa utiliza Calais-Fréthun como parte do percurso entre Londres e Paris.

A suspensão foi encerrada ainda pela manhã, depois que a polícia autorizou a retomada das operações, segundo a companhia ferroviária francesa SNCF. A prefeitura de Calais também informou que a situação havia sido verificada e que a circulação seria normalizada gradualmente.

O serviço regional TER Hauts-de-France confirmou que a paralisação ocorreu após o registro de uma mala abandonada na estação.

O caso se soma a uma série de ameaças de bomba e alarmes falsos registrados na França e em outros países europeus nos últimos meses.